

OS EFEITOS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL

LUIZA BRASILEIRO DE ALMEIDA
Universidade Federal de Lavras
lubrasileiro93@hotmail.com

JUCIARA NUNES DE ALCÂNTARA
UFLA
juciaranalcantara@gmail.com

RENATO SILVÉRIO CAMPOS
UFLA - Universidade Federal de Lavras
renatocampos.ufla@gmail.com

Agradeço primeiramente aos meus pais, Ricardo e Valéria, e à toda a minha família pela educação que me proporcionaram. Um agradecimento especial à minha orientadora Profa. Juciara pelo apoio e orientação. À Larissa pelo auxílio com os dados estatísticos da pesquisa e também ao Prof. Renato pelas considerações no trabalho.

OS EFEITOS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL

RESUMO

O presente trabalho trata de um assunto da área das relações internacionais brasileiras, mais especificamente se refere aos acordos de cooperação da modalidade sul-sul estabelecidos pelo Brasil de 2000 a 2014, e avaliou de que forma esses acordos causaram efeitos nos indicadores de desenvolvimento do país, sejam eles positivos ou negativos. A pesquisa tem caráter causal, pois analisa a relação de causa e efeito entre as variáveis: acordos de cooperação e desenvolvimento socioeconômico; e também se caracteriza por quantitativa. Os dados utilizados foram secundários e para analisá-los estatisticamente foi utilizado o método de Causalidade de Granger. Inicialmente, esperava-se identificar se os acordos de cooperação sul-sul geraram efeitos positivos sobre a economia brasileira, evidenciados no aumento do PIB *per capita* e do IDH do país; e que através dos resultados obtidos, o presente trabalho possa auxiliar na formulação de novos acordos de cooperação do Brasil com outras nações e também estabelecer parâmetros para avaliação da eficiência dos acordos já firmados anteriormente. Porém, a partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que os acordos de cooperação sul-sul realmente não visam o desenvolvimento do país que está concedendo a ajuda (Brasil), mas sim do país recipiendário da cooperação.

Palavras chave: Acordos de cooperação sul-sul. Relação de causa e efeito. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze an area of the Brazilian international relations, specifically the South-South cooperation modality established by Brazil from 2000 to 2014, and to evaluate how these agreements caused effects on the country's development indicators, whether positive or negative. The research has causal character, for analyzing the cause and effect relationship between the variables of cooperation and socio-economic development agreements; and also characterized by quantitative. The data were secondary and statistically analyzed using the method of Granger Causality. Initially, it was expected to identify if the South-South cooperation agreements generated positive effects on the Brazilian economy, as evidenced in the increase in GDP per capita and the country's HDI; and by the results obtained, this work may help formulate new cooperation agreements with other nations and to establish parameters for evaluating the efficiency of the agreements already signed previously. However, from the results, it was concluded that the South-South cooperation agreements do not really aimed at developing the country that is granting the aid (Brazil), but the recipient country cooperation.

Keywords: South-South Cooperation agreements. Cause and effect. Socioeconomic development indicators.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem buscado reconhecimento internacional privilegiando as negociações internacionais, exercendo a multilateralidade de suas relações. Países como o Brasil tem adotado instrumentos internacionais multifacetados, buscando os benefícios das possibilidades do sistema internacional, além de se remodelar no papel de liderança, visando desta forma beneficiar os países em desenvolvimento e atuar no contexto regional com uma perspectiva hegemônica (LIMA, 2010).

As relações internacionais e os acordos de cooperação entre nações consistem em um destes instrumentos e podem ser de extrema importância para o desenvolvimento de um país, uma vez que nenhum deles, por mais autônomo que seja, pode prescindir desse tipo de comportamento mantendo-se isolado ou fechando suas fronteiras (MYAMOTO, 2000). O autor ainda destaca que a cooperação técnica internacional (CTI) é uma das principais ferramentas para o adensamento das relações do Brasil com os outros países, dando ênfase na integração social, política e econômica.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014), um acordo de cooperação é um mecanismo utilizado entre países emergentes em resposta a desafios comuns. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty, a cooperação técnica sul-sul brasileira, é caracterizada pela transferência de conhecimentos, capacitação técnica de recursos humanos e pelo emprego de mão de obra especializada que reconheçam as peculiaridades de cada país. Tal cooperação se baseia na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil e outros países em desenvolvimento. Fundamenta-se no princípio garantido na constituição da cooperação entre povos a favor da humanidade, conforme definido por um dos 8 objetivos do milênio estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa o trabalho coletivo objetivando o desenvolvimento (ONU, 2015).

As principais demandas desse tipo de acordo de cooperação concentram-se em agricultura, saúde, educação e formação profissional. Porém outras áreas são contempladas, como por exemplo: governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, cooperativismo, empreendedorismo, desenvolvimento urbano, cultura, justiça, comércio exterior, direitos humanos, etc. Segundo o MRE (2001), o Brasil não considera esta relação como de ajuda, mas sim uma parceria pela qual todas as partes envolvidas se beneficiam, ou seja, adota o princípio da horizontalidade na cooperação.

De acordo com o Manual de Gestão e Cooperação Técnica Sul-sul, (ABC, 2013), dentre as diversas modalidades de cooperação, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento é uma das que apresenta o maior volume de resultados positivos no quadro geral dos fluxos de intercâmbio entre países em desenvolvimento. Desta forma, os acordos de cooperação sul-sul estabelecidos pelo Brasil no período de 2000 até 2014, certamente trouxeram consigo alguns efeitos sociais, econômicos e de desenvolvimento. Esta consiste a principal questão a ser estudada: investigar se os acordos de cooperação Sul-sul estabelecidos de 2000 a 2014 causaram desenvolvimento socioeconômico no país.

Para isso, foram estabelecidas as seguintes diretrizes: descrever os acordos de cooperação sul-sul realizados pelo governo brasileiro a partir de 2000; classificar as modalidades dos acordos de cooperação realizados pelo governo brasileiro neste período; investigar a relação entre estes acordos e os índices de desenvolvimento socioeconômico no país.

A cooperação sul-sul, como será evidenciada ao longo do estudo, não apresenta interesses econômicos (ABC, 2015). Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação sul-sul volta-se para aspectos solidários, visando o desenvolvimento e fortalecimento dos países recipiendários de sua cooperação técnica, proporcionando a eles um crescimento socioeconômico sustentável, melhoria da qualidade de vida e capacitação de seus recursos humanos. Porém, alguns autores defendem que a cooperação sul-sul, na realidade,

continua com um caráter assimétrico como o identificado na cooperação norte-sul, mascarando outros interesses, como por exemplo, possibilidade de conquista de novos mercados e interesses comerciais (BERNDT, 2009).

Para defender esta ideia, Thérien (2001) afirma que as políticas de ajuda continuam seguindo um modelo verticalizado, contradizendo os princípios defendidos pela cooperação técnica. Correia (1997) também ressalta a crítica e afirma que a assimetria prevalece na cooperação sul-sul, alegando que os países que praticam a cooperação sul-sul apresentam diferentes graus de desenvolvimento, sendo que supostamente deveriam ser semelhantes; e que desta forma é praticamente impossível evitar uma verticalização da relação entre esses países.

Correia (1997) afirma também que o Brasil não busca aquisição de conhecimentos com a cooperação técnica internacional. Segundo o autor, as vantagens buscadas pelo Brasil nesta modalidade de cooperação, são a aproximação política e comercial com os países receptores, reforçando sua posição de líder entre os países emergentes. Silvestre (1996) resgata a visão de jogo de poder que permeia as relações internacionais. Segundo a autora, a assimetria verificada no modelo tradicional de cooperação técnica internacional e suas críticas aos países do sul, correspondem à realidade do sistema internacional como um todo.

Berndt (2009) ainda ressalta que os países em desenvolvimento que buscam maior projeção no cenário internacional estão através da cooperação sul-sul, justamente buscando o futuro ao seu favor, seja entrando na concepção de países desenvolvidos ou promovendo um “mundo menos desigual”. No caso das relações entre Brasil e África, os dois principais objetivos da política brasileira são, segundo a autora: interesses políticos e econômicos no continente africano e parte da política de projeção nacional perante o cenário internacional (BERNDT, 2009). A autora ainda ressalta que a África representa um importante potencial para as exportações brasileiras e um mercado para seus bens de consumo.

Desta forma, vê-se que embora a cooperação sul-sul apresente ideologia social, promovendo o desenvolvimento para o país beneficiário, também pode representar uma forma de inserção internacional para o país doador, promovendo desenvolvimento econômico interno na medida em que, por meio da cooperação, busca também objetivos econômicos. Espera-se que os acordos de cooperação sul-sul tenham causado aumento nos índices de renda a nível nacional, uma vez que o país doador da cooperação (no caso o Brasil), ao levar suas instituições para os países beneficiários tenha, conseqüentemente, causado desenvolvimento e trazido qualidade de vida para a população brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperação internacional para o desenvolvimento

A CID é a cooperação internacional voltada para o desenvolvimento dos países envolvidos. A CID contemporânea se mostra muito mais complexa e multifacetada pelo fato de que, nas últimas décadas, muitos países que antes eram considerados como beneficiários, passaram a ser doadores (SOUZA, 2014).

Segundo Souza (2014), o conceito de “assistência” (tradicionalmente empregado por países desenvolvidos), é utilizado pelos países do sul como “cooperação”. A cooperação, ao contrário de assistência, remete a uma relação de benefícios mútuos, maior participação e horizontalidade. Desta forma, torna-se possível distinguir o fenômeno verificado no âmbito norte-sul, daquele verificado no âmbito sul-sul. Esta distinção também é abordada por Sachin Chaturvedi (2012), que considera a assistência para o desenvolvimento norte-sul guiada pelo princípio filosófico do altruísmo, enquanto a sul-sul é guiada pelo benefício mútuo das partes.

Outros autores que também enfatizam a diferença entre os termos. Silvestre (1996) afirma que com a substituição de “assistência técnica” por “cooperação técnica”, entende-se

uma maior igualdade entre as partes envolvidas e maior participação nos processos de decisão e implantação dos projetos. Miranda (2004), ao abordar o assunto, afirma que cooperação se refere a uma relação bidirecional, na qual ambas as partes tem alguma contribuição para mudanças ou melhorias para os dois lados.

2.2 Acordos de cooperação técnica

A horizontalização da cooperação é uma tendência que vem influenciando diretamente nos instrumentos de cooperação brasileira, sendo a cooperação técnica uma das principais ferramentas de aproximação de promoção nacional do Brasil e uma importante forma de aproximação diplomática com outros países (BERNDT, 2009).

Os acordos de cooperação entre países em desenvolvimento também se caracterizam como cooperação funcional ou técnica, que é considerada um dos pilares principais da cooperação internacional (ABC, 2015). O seu foco principal é o desenvolvimento de habilidades e capacidades, como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país em que a parceria está sendo estabelecida, visando a autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios referentes ao desenvolvimento (ABC, 2013).

A cooperação técnica, segundo Armino (2000) consiste em uma modalidade de cooperação que está centrada no intercâmbio de conhecimentos técnicos e de gestão, que tem como objetivo o aumento das capacidades institucionais dos países recipiendários, a fim de desenvolver seu próprio desenvolvimento.

Das modalidades tradicionais de ajuda ao desenvolvimento, a cooperação técnica é considerada a que envolve os menores custos, se destacando como um instrumento adequado para países com escassez de recursos e proporcionando condições para que a cooperação sul-sul seja estabelecida (BERNDT, 2009).

2.3 Cooperação Sul-sul

De acordo com dados fornecidos pelo Governo Federal Brasileiro, mais especificamente pelo Palácio do Planalto (2015), a cooperação técnica sul-sul se insere nessa perspectiva de mudanças identificadas em cenário global, oferecendo aos governos locais a oportunidade de se tornarem protagonistas no processo de renovação da agenda de cooperação internacional. A cooperação sul-sul vem ganhando forte projeção nos últimos anos diante dessa perspectiva. Essa modalidade de cooperação é uma ação de solidariedade entre os países envolvidos, possibilitando o aumento do bem estar nacional e também contribuindo para a realização das metas estabelecidas internacionalmente. Segundo o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul (ABC, 2013):

“A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico (ABC, 2013, pg 13).”

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (2009) define a modalidade sul-sul de cooperação como uma representação genuína de transferência de recursos de um país, que oferece programas de cooperação para as economias de países parceiros. Também afirma a cooperação sul-sul como uma definição para doações e empréstimos concessionais proporcionados por um país do sul para que outro possa financiar seus projetos, programas, e assistência humanitária, exercendo assim a cooperação técnica e contribuindo com as instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento.

Um projeto na área de cooperação técnica sul-sul é uma iniciativa temporária. A principal função de um projeto de cooperação técnica é a de proporcionar acesso, obtenção e aplicação de conhecimentos, permitindo aos agentes locais de desenvolvimento, o fortalecimento de suas capacidades. Este processo envolve aprendizagem nas dimensões organizacional, interinstitucional e individual. A partir dessa ação, recursos humanos técnicos, financeiros e materiais são transformados em produtos tangíveis, como cursos, capacitação, estudos, e que, conseqüentemente, contribuirão para o desenvolvimento das capacidades necessárias para a solução de um problema ou modificação de alguma situação considerada insatisfatória (ABC, 2013).

Os acordos de cooperação sul-sul podem ser classificados em quatro modalidades segundo o Manual de gestão da cooperação técnica sul-sul (2013). São elas:

I – Cooperação técnica sul-sul bilateral: ambos os parceiros são países em desenvolvimento.

II – Cooperação técnica sul-sul trilateral: essa modalidade é dividida em três submodalidades.

- a) Cooperação Sul-sul trilateral entre países em desenvolvimento: todos os parceiros, em número de três ou mais, são países em desenvolvimento;
- b) Cooperação sul-sul trilateral com país desenvolvido: dois países em desenvolvimento cooperam entre si, com participações de um país desenvolvido;
- c) Cooperação sul-sul trilateral com organismo internacional: dois ou mais países em desenvolvimento cooperam entre si, com participação de um organismo internacional.

III – Cooperação sul-sul em bloco: se dá no âmbito de arranjos e/ou organizações sub-regionais, regionais ou inter-regionais integrados por países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte, como por exemplo: IBAS, MERCOSUL e UNASUL.

IV – Cooperação sul-sul descentralizada: se dá através de dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento. Pode ter uma variante, denominada como ‘cooperação cruzada’, na qual um dos parceiros subnacionais tem sua origem em um país em desenvolvimento.

Segundo o Manual de Gestão da Cooperação Técnica (ABC, 2013), no universo de desenvolvimento de capacidades, a cooperação sul-sul brasileira caracteriza-se pelo apoio à identificação e mobilização das capacidades e atores disponíveis no país parceiro; do intercâmbio de métodos, experiências, abordagens e estratégias entre os países cooperantes, além de outros conteúdos práticos de aplicação nos processos de desenvolvimento; de ações de fortalecimento organizacional, como quadros de aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas das instituições beneficiárias e/ou modernização e estruturação dos processos produtivos; e por fim a identificação e celebração de parcerias locais externas e da promoção de arranjos interinstitucionais associados ao aprimoramento das etapas de planejamento, implementação e execução de políticas públicas.

2.4 Teorias de desenvolvimento econômico nas relações internacionais

Cada vez mais o termo “desenvolvimento” tem sido aplicado em áreas das ciências sociais, se referindo na maior parte dos casos como um objetivo a ser alcançado pelas políticas e projetos elaborados e executados por atores internacionais. Este conceito está intimamente influenciado por diferentes interesses e perspectivas, o que torna importante conhecer e se orientar em correntes teóricas que tendem a orientar as políticas e relações entre países (LIMA, 2010).

Segundo Lima, 2010,

“As relações internacionais estão intrinsecamente relacionadas com a ideia de desenvolvimento, uma vez que as relações de poder e submissão se referem fundamentalmente nas dependências econômicas, sociais, políticas advindas de suas condições de dar e receber e, portanto, suas teorias sofrem as mesmas interferências internacionais no cenário do jogo de poderes” (LIMA, 2010, pg 74).

Diversas teorias econômicas são utilizadas para explicar o desenvolvimento de um país. As teorias mais tradicionais do desenvolvimento focam suas análises no desenvolvimento meramente econômico. Entre elas, a teoria da modernização (liberal) e a estruturalista.

Os liberais econômicos foram pioneiros nas pesquisas sobre o desenvolvimento no ocidente. Suas contribuições receberam o nome de “teoria da modernização”, na qual a ideia básica era a de que os países pertencentes ao “terceiro mundo” seguiriam uma trajetória comum a dos países desenvolvidos: um caminho progressivo que teve início em uma sociedade agrária, pré-industrial e tradicional, em direção à sociedade moderna, industrial e de consumo massivo (JACKSON E SORENSEN, 2013). Segundo os autores, o desenvolvimento estava ligado à questão de superação de barreiras da produção pré-industrial, de instituições obsoletas e sistemas de valores limitados que dificultariam o processo de modernização e desenvolvimento.

Os liberais econômicos ressaltam argumentos focados na identificação de obstáculos à modernização, assim como os fatores que o promovem (JACKSON E SORENSEN, 2013). Enfatizam também a necessidade de uma economia aberta, isenta de interferências políticas, para que desta forma fosse possível a geração de grandes investimentos essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico duradouro (LAL, 1983).

As diversas teorias da modernização adotam como ideia comum que o desenvolvimento tem como objetivo a reprodução das experiências dos países desenvolvidos durante seus processos de industrialização. Consideram o desenvolvimento como um processo linear que possui etapas e que todos os países devem passar por elas (LIMA, 2010). Em resumo, Jackson e Sorensen (2013) indicam que os três fatores essenciais para a modernização são: i) uma economia de mercado livre de interferências políticas, ii) uma crescente taxa de investimento econômico; e iii) investimentos estrangeiros diretos.

As críticas ao modelo liberal consistem na falta de progresso de alguns países do terceiro mundo. Enquanto muitos países desenvolvidos alcançaram suas maiores taxas de crescimento no período do pós-guerra, os países subdesenvolvidos permaneciam com dificuldade para iniciar o desenvolvimento econômico (JACKSON E SORENSEN, 2013).

De uma maneira geral, Blankenbur, Palma e Tregenna (2008) definem o estruturalismo como uma abordagem na qual seu princípio orientador está na concepção de um sistema integrado de elementos distintos, mas conjuntamente constituídos. Ou seja, as relações que constituem sua estrutura são mais importantes que seus elementos avaliados individualmente.

Segundo Lima (2010) a teoria estruturalista se baseia no sistema Centro – Periferia, onde o centro é constituído pelas economias de estrutura produtiva e diversificada, homogênea e de produção / exportação de manufaturas, ou seja, países que incrementam primeiro as técnicas de produção capitalista; enquanto a periferia se constitui por países com economias baseadas em uma estrutura produtiva especializada e com número limitado de bens, heterogeneidade dos níveis produtivos e produção / exportação de produtos primários, cuja produção continua atrasada do ponto de vista organizativo e tecnológico. Tais diferenças são responsáveis por relações de comércio que reforçam o subdesenvolvimento, e o livre comércio acentuaria as desigualdades já existentes.

Nos grandes centros industriais o progresso se alastra rapidamente, enquanto na periferia existe um atraso inicial na difusão da tecnologia. Sendo assim, surge um desenvolvimento “de dentro para fora”, que caracteriza a principal manifestação do sistema centro – periferia, pois tem como objetivo principal a satisfação das demandas por matéria prima por parte dos centros industriais. A satisfação das necessidades do centro é de proporções alarmantes, e a periferia se organiza em torno dessas necessidades (GUIRRIERI, 1982).

Para Prebisch (1950):

“Dentro dessa periferia, o progresso técnico se dá em setores exíguos de sua imensa população, pois, em geral, penetra unicamente onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industrializados” (PREBISCH, 1950, pg 139).

O debate sobre o desenvolvimento tornou-se mais complexo nos últimos anos por duas razões segundo Payne (2005): as principais teorias anteriores acreditam que podem ser aplicadas aos problemas do desenvolvimento independente do local, porém muitos países e regiões apresentam problemas específicos e particularidades locais; e o fato de o debate sobre o desenvolvimento ter sido aberto para participação de atores distintos, como organizações rurais, ONU, movimentos camponeses, partidos políticos, governos, instituições internacionais, a comunidade de pesquisa do desenvolvimento, entre outros. Desta forma, são colocados diversos interesses no processo de desenvolvimento. Portanto, sempre surgirão diferentes visões sobre quais questões são importantes e o que deve ser feito para solucioná-las (PAYNE, 2005).

Diante de tais críticas, foi constatado que as teorias clássicas do desenvolvimento eram muito restritas ao desenvolvimento econômico e não surtiam os efeitos positivos esperados no que se referia às necessidades básicas das populações. Outras teorias alternativas surgiram como complementação desta, porém não são utilizadas neste trabalho.

2.5 Indicadores de desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico é um processo histórico no qual as sociedades modernas se baseiam para buscarem estratégias nacionais e, conseqüentemente, atingir níveis superiores de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2004). Segundo Bresser Pereira (2004), o desenvolvimento econômico de um país é caracterizado pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado pela acumulação de capital em relação ao produto nacional e incorporação de progressos técnicos à produção. Porém, este desenvolvimento econômico varia de forma significativa dependendo de fatores como a capacidade que cada nação tem para utilizar seus estados e o mercado.

Segundo o Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social IDES (2009) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de forma geral, o desenvolvimento econômico de um país é avaliado pelo seu desempenho econômico, mensurado frequentemente pelo agregado macroeconômico Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da soma de todas as riquezas produzidas no país, considerando os setores da agropecuária, indústria e serviços.

Segundo Mankiw (2009), o PIB é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado país em um determinado período, somando vários tipos de produtos em uma única medida de valor econômico, utilizando os preços de mercado. O PIB tenta ser abrangente, medindo o valor dos produtos produzidos no presente e vendidos legalmente nos mercados (alimentos, roupas, veículo, etc), além dos serviços prestados dentro do país (consultas médicas, aluguéis, serviços domésticos, etc). São excluídos dessa conta os

produtos vendidos ilegalmente, como drogas por exemplo, ou produtos que são produzidos e consumidos em casa, que não chegam ao mercado.

O PIB (Y) apresenta quatro componentes em sua fórmula, são eles: consumo (C), investimento (I), compras do governo (G) e exportações líquidas (EL). O consumo é composto pelas compras familiares de bens e serviços, incluindo bens duráveis como automóveis e imóveis, e bens não duráveis, como alimentos e vestuário. O investimento é a compra de bens que não serão consumidos imediatamente e que serão utilizados no futuro para produção de novos bens e serviços. As compras do governo são compostas pelas despesas em bens e serviços nos três níveis: federal, estadual e municipal; incluindo salários de funcionários do governo e despesas para obras públicas. As exportações líquidas são as compras de produtos nacionais por partes dos estrangeiros (exportações), menos as compras nacionais de produtos estrangeiros (importações) (MANKIW, 2009).

De acordo com Mankiw (2009) o PIB não considera a distribuição de renda. O PIB *per capita* (PIB dividido pela população) representa a renda e despesas médias do indivíduo na economia. Desta forma, o PIB *per capita* é utilizado para avaliar a renda e as despesas médias dos indivíduos (MANKIW, 2009). O crescimento econômico de um país é medido pelo crescimento do PIB, mas o PIB *per capita* se mostra como uma medida natural do bem estar econômico do indivíduo e, portanto, do desenvolvimento econômico do país, pois é um indicador que avalia a evolução da renda (FGV, 2009).

Todavia, tanto o PIB quanto o PIB *per capita* não medem a saúde das crianças, a qualidade da educação, o acesso ao transporte e ao lazer, não constituindo uma medida perfeita do bem estar da sociedade. O surgimento do IDH foi influenciado principalmente pela necessidade de suprir as deficiências apontadas pelos indicadores de primeira geração – indicadores de natureza simplória e restrita (PIB e PIB *per capita*). A mensuração do crescimento econômico por si só, não representa uma evolução na qualidade de vida da população (GUIMARÃES e JANUZZI, 2005). Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido para o Programa de Desenvolvimento da ONU, o PNUD, e é um dos indicadores de desenvolvimento mais utilizados em estudos de ciências sociais (PNUD, 2008).

Desde 1990, o PNUD publica relatórios que avaliam as condições de vida da população, medindo as dimensões do “desenvolvimento humano”. Esse relatório traz anualmente o cálculo do IDH que permite a comparação da situação dos países através do tempo, a partir das três dimensões abordadas no índice (GUIMARÃES e JANUZZI, 2005). Foram através destes relatórios que os dados utilizados na análise deste trabalho foram extraídos.

O IDH considera três variáveis para a sua composição: longevidade, educação e qualidade de vida. A longevidade é medida pela expectativa de vida da população, a educação por uma combinação da taxa de alfabetização dos adultos com as taxas de escolarização dos ensinos primários, e a qualidade de vida é medida pelo PIB *per capita* do país. O IDH apresenta como vantagem a facilidade de se produzir estimativas e comparações entre sociedades com diferentes práticas e características econômicas. Para estudos com fins de avaliar desenvolvimento socioeconômico, o IDH prevê maior abrangência do que o PIB *per capita* (PNUD, 2015).

Os acordos de cooperação entre nações são uma importante ferramenta para que esse desenvolvimento seja alcançado, uma vez que um país carente de determinado fator, recebe de outra nação aquilo que precisa de recursos, sejam humanos ou técnicos, adquirindo assim uma nova possibilidade de se desenvolver. Desta forma, os acordos de cooperação sul-sul, são uma possibilidade de ajuda mútua entre os envolvidos, principalmente nos países em desenvolvimento, que em determinados setores podem ser carentes de recursos essenciais ao desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa, pois se caracteriza por empregar dados estatísticos como centro do processo de análise do problema, se diferenciando, desta forma, da investigação qualitativa (SILVA, 2006). A pesquisa também se caracteriza como causal. Segundo Malhotra (2006), a pesquisa causal é usada para se obter evidências de relações de causa e efeito. É apropriada para as finalidades de compreender quais variáveis são a causa e quais são o efeito (variáveis independentes e dependentes, respectivamente); e também para determinar a natureza da relação entre causas e efeitos previstos. O principal método da pesquisa causal é a experimentação.

Para a realização deste trabalho utilizou-se de dados secundários, coletados manualmente nas bases de dados específicas. Este tipo de dados são informações que já foram coletadas anteriormente para outros objetivos, podendo ser obtidos através de forma mais rápida e barata. Eles são dados originados pelo pesquisador com a finalidade específica de solucionar o problema de pesquisas (MALHOTRA, 2006).

Os dados foram coletados em bases de dados nacionais e internacionais disponíveis para acesso gratuito, como: ABC e Banco Mundial e IBGE. Pretende-se utilizar duas variáveis como dependentes: PIB *per capita* e o IDH. Como variável independente, pretende-se utilizar uma variável binária que indica a existência ou não dos diferentes tipos de acordos de cooperação Sul-sul, detalhados no referencial da seguinte forma:

- I) Cooperação Técnica Sul-sul bilateral;
- II) Cooperação Técnica Sul-sul trilateral;
- III) Cooperação Sul-sul em blocos;
- IV) Cooperação Sul-sul descentralizada.

Para atender aos objetivos propostos, foram desenvolvidos dois modelos de causalidade de Granger utilizando as variáveis independentes (Tipos de Cooperação I, II, III e IV) para cada variável dependente (PIB *per capita* e o IDH) durante o período de 2000 a 2014 com dados anuais.

Quadro 1: Variáveis, mensuração e fonte dos dados, 2000 - 2014.

Variável	Mensuração	Fonte
Acordos de cooperação (Variável Independente)	I) Dummy: 1 para Cooperação Técnica Sul-sul bilateral; II) Dummy: 1 para Cooperação Técnica Sul-sul trilateral; III) Dummy: 1 para Cooperação Sul-sul em blocos; IV) Dummy: 1 para Cooperação Sul-sul descentralizada.	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
PIB per capita (Variável Dependente)	PIB/população do Brasil nos anos analisados	Banco Mundial
IDH (Variável Dependente)	Índice de desenvolvimento humano	Banco Mundial e IBGE

Fonte: Elaboração própria

Para a análise dos dados relativos a esta pesquisa utilizou-se da técnica de Causalidade de Granger. O método desenvolvido por Granger (1969) pode ser considerado bastante simples e objetivo para testar a causalidade entre as variáveis, com base na premissa de que o futuro não poderá interferir no presente e nem poderá causar o passado (TIWARI et. al.,

2013). O método de análise de Granger tem sido muito utilizado na área econômica, a fim de elucidar momentos de crises financeiras e avaliar a transição de movimentos extremos no cenário financeiro (CANDELON; JOETS; TOKPAVI, 2013).

O teste de causalidade implica precedência no sentido em que se um evento X causa outro evento Y, então, o evento X deve preceder Y. Portanto, se X causa Y, valores de X devem poder prever valores futuros de Y. Granger (1969) definiu um método para testar causalidade entre variáveis, a partir do seguinte princípio: se uma variável X causa Y, então, a inclusão de valores defasados de X na regressão de Y regredida em seus valores defasados e outras variáveis explicativas, deve melhorar o poder de previsão do modelo em questão.

O teste apresenta como referência duas hipóteses, H0 e H1, nas quais H0 representa a hipótese nula de que não há relação causal e H1 a hipótese alternativa de que há relação causal. No presente estudo a causalidade de Granger é demonstrada caso a hipótese nula não se confirme.

- H0: não existe causalidade;
- H1: existe causalidade.

No teste de causalidade no sentido de Granger quatro situações são possíveis:

- a) Y causa X, porém o contrário não é verdadeiro;
- b) X causa Y, contudo o contrário não é fato;
- c) Y causa X, sendo o contrário também verdadeiro (bicausalidade);
- d) Y não causa X, nem X causa Y (sem relação de causalidade).

Para aceitar a causalidade de Granger, no sentido de que Y causa X e vice e versa, é necessário ter evidência de que a hipótese (c) seja verdadeira. Tomando por base as quatro situações propostas pelos testes de Causalidade de Granger, foram elaboradas quatro hipóteses para atingir os objetivos propostos pelo trabalho. Foram analisadas as seguintes hipóteses considerando as relações:

H1: Desenvolvimento socioeconômico pode causar os acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV);

H2: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) podem causar desenvolvimento socioeconômico;

H3: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) causam desenvolvimento socioeconômico e o contrário também é verdadeiro;

H4: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) não causam desenvolvimento socioeconômico e nem desenvolvimento socioeconômico causa os acordos de cooperação;

No caso estudado, foi analisada se há a existência de correlação entre os acordos de cooperação sul-sul estabelecidos pelo governo brasileiro e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos do país (PIB *per capita* e IDH).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os testes foram realizados para os indicadores PIB *per capita* e IDH, individualmente, podendo concluir então se há alguma relação de causalidade em suas séries. Para execução dos testes de causalidade de Granger foi utilizada a versão 1.9.12 do software estatístico Gretl©.

Conforme recomendado por Gujarati (2006), para realização dos testes de causalidade, inicialmente foi necessária a realização de testes de especificação das variáveis. Desta forma, foram realizados testes de estacionaridade para dados em séries temporais de Dickey-Fuller Aumentado. Através dos resultados obtidos nesta etapa, foi indicado que as variáveis PIB *per*

capita e IDH apresentavam séries não estacionárias, tanto para os indicadores de desenvolvimento socioeconômico quanto para as modalidades dos acordos de cooperação. Este fato, porém, não representa um problema para a realização dos testes de causalidade de Granger, desde que se proceda à primeira diferença das variáveis e estas apresentem estacionaridade após o procedimento, conforme recomendado por Gujarati (2006). O próprio software estatístico *Gretl*© disponibiliza a função que gera automaticamente a primeira diferença. Este procedimento foi utilizado tanto nas variáveis socioeconômicas quanto para as modalidades dos acordos de cooperação. Após o acréscimo da primeira diferença das variáveis, foram feitos novos testes de estacionaridade e, desta vez, as variáveis apresentaram séries estacionárias em todos os casos.

Verificou-se também, através de uma análise visual da série, que nenhuma das variáveis (PIB *per capita* e IDH) apresentava algum problema relacionado à sazonalidade. Assim sendo, as séries apresentavam as condições recomendadas para o início dos testes de causalidade de Granger.

Para a hipótese nula de que acordos de cooperação não geram desenvolvimento socioeconômico, aplicou-se o teste F que teve como valor crítico determinado em 3.25%. Foi estabelecido um nível de significância de 10%, comumente utilizado em estudo da área de ciências sociais conforme afirmam Loureiro e Gameiro (2011). Sendo assim, foram rejeitadas as hipóteses nulas nos casos em que o valor de F calculado apresentou-se superior ao valor do F crítico.

Os resultados obtidos nos testes de causalidade de Granger foram dispostos em uma tabela que apresenta uma maior quantidade de dados em um espaço reduzido. Os resultados obtidos estão devidamente apresentados nos apêndices A e B do estudo.

Os resultados dos testes de causalidade de Granger foram evidenciados nas tabelas 2, 3 e 4, onde é possível verificar o nome do indicador de desenvolvimento socioeconômico, a hipótese testada, a estatística de F e a decisão em relação à hipótese nula.

A tabela 1 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de causa dentre os indicadores de desenvolvimento PIB *per capita* e IDH com os acordos de cooperação em suas três modalidades. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H1, de que “Desenvolvimento socioeconômico pode causar os acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) ”.

Considerando os resultados demonstrados na tabela 2, foi constatado que apenas um dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico (IDH) tem alguma relação de causa com os acordos de cooperação, sendo possível a confirmação parcial da hipótese H1 para a modalidade de acordos bilaterais apenas. Com exceção deste resultado, em todos os outros testes as hipóteses nulas foram aceitas, pois apresentaram o valor de F calculado $< 3,25$.

A hipótese nula de que IDH não causa acordo bilateral foi parcialmente rejeitada, pois aceitou que apenas um tipo de acordo (I) possui relação de causa com o IDH. Desta forma, conclui-se que o IDH causa Granger no sentido unilateral para os acordos de cooperação bilaterais, pois apresentou $F > 3,25$, sendo possível dizer que o IDH tem relação de causalidade com os acordos bilaterais.

Tabela 1: Resultados dos testes de causalidade de Granger dos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos x modalidades dos acordos de cooperação, Brasil - 2000 a 2014.

Hipótese nula (H1)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
PIB <i>per capita</i> não causa acordo bilateral (I)	0,2999	Aceitar
PIB <i>per capita</i> não causa acordo trilateral (II)	0,2071	Aceitar
PIB <i>per capita</i> não causa acordo em bloco (III)	0,24530	Aceitar
IDH não causa acordo bilateral (I)	3,2557	Rejeitar
IDH não causa acordo trilateral (II)	0,8409	Aceitar
IDH não causa acordo em bloco (III)	1,5563	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste caso, podemos relacionar o resultado com os fatores que compõe o IDH (educação, saúde e qualidade de vida). Os acordos são favorecidos devido à maior qualificação da população brasileira, principalmente no que diz respeito à educação, que causará externalidades positivas em vários aspectos, inclusive para os acordos bilaterais.

A tabela 2 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de causa e efeito entre os acordos de cooperação das modalidades I, II e III e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos PIB *per capita* e IDH. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H2, de que “Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) podem causar desenvolvimento socioeconômico”.

Tabela 2: Resultados dos testes de causalidade de Granger das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014

Hipótese nula (H2)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
Acordo bilateral (I) não causa PIB <i>per capita</i>	1,1331	Aceitar
Acordo trilateral (II) não causa PIB <i>per capita</i>	0,3915	Aceitar
Acordo em bloco (III) não causa PIB <i>per capita</i>	1,7842	Aceitar
Acordo bilateral (I) não causa IDH	0,1312	Aceitar
Acordo trilateral (II) não causa IDH	0,6660	Aceitar
Acordo em bloco (III) não causa IDH	0,1237	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os resultados verificados na tabela 2, foi possível constatar que os acordos de cooperação não têm nenhuma relação de causa com os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos (PIB *per capita* e IDH), pois todas as hipóteses nulas foram aceitas por apresentarem o valor de F calculado $< 3,25$. Portanto, pode-se concluir que a hipótese H2 em todos os testes realizados foi aceita como hipótese nula, ou seja, foi rejeitada em todos os casos.

A tabela 3 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de bicausalidade entre os indicadores de desenvolvimento (PIB *per capita* e IDH) e os acordos de cooperação sul-sul. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H3, de que “Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) causam desenvolvimento socioeconômico e o contrário também é verdadeiro”.

Tabela 3: Resultados dos testes de causalidade de Granger para relação bicausal das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014.

Hipótese nula (H3)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
PIB <i>per capita</i> não causa acordo bilateral (I)	0,2999	Aceita
Acordo bilateral (I) não causa PIB <i>per capita</i>	1,1331	Aceita
PIB <i>per capita</i> não causa acordo trilateral (II)	0,20712	Aceita
Acordo trilateral (II) não causa PIB <i>per capita</i>	0,3915	Aceita
PIB <i>per capita</i> não causa acordo em bloco (III)	0,2453	Aceita
Acordo em bloco (III) não causa PIB <i>per capita</i>	1,7842	Aceita
IDH não causa acordo bilateral (I)	3,2557	Rejeita
Acordo bilateral (I) não causa IDH	0,1312	Aceita
IDH não causa acordo trilateral (II)	0,8496	Aceita
Acordo trilateral (II) não causa IDH	0,6660	Aceita
IDH não causa acordo em bloco (III)	1,5563	Aceita
Acordo em bloco (III) não causa IDH	0,1237	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da tabela 3, pode-se concluir que em nenhum caso houve relação bicausal. Mesmo no caso em que o IDH apresentou relação com os acordos de cooperação bilateral, o contrário não foi verdadeiro.

No caso da hipótese 4 de que “Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) não causam desenvolvimento socioeconômico e nem desenvolvimento socioeconômico causa os acordos de cooperação”; pode-se concluir que em todos os casos, com exceção do IDH para acordos bilaterais (I), ela foi aceita, já que a relação de causalidade não foi identificada.

Os resultados fornecidos pelos testes de Causalidade de Granger evidenciaram que, ao menos até agora, o objetivo da cooperação sul-sul, realmente não visa o desenvolvimento socioeconômico do país que está concedendo a ajuda (no caso, o Brasil), conforme evidenciado pela ABC, pelo IPEA e por autores como Berndt (2009).

O quadro 2 esquematiza as hipóteses (H1, H2, H3 e H4) e os resultados obtidos pelos testes de Causalidade de Granger. Em apenas 1 das 12 hipóteses analisadas foi possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre o indicador de desenvolvimento IDH e acordos de cooperação bilateral. Vale ressaltar que as hipóteses aceitas nos testes de

causalidade de Granger são as hipóteses nulas, e no quadro serão evidenciadas as hipóteses formuladas a fim de atingir os objetivos do trabalho.

Quadro 2: Esquematização das hipóteses e seus resultados nos testes de causalidade de Granger

	Hipótese	Modalidade I	Modalidade II	Modalidade III
PIB per capita	H1	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H2	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H3	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H4	Aceita	Aceita	Aceita
IDH	H1	Aceita	Rejeita	Rejeita
	H2	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H3	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H4	Aceita	Aceita	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONCLUSÃO

Os acordos de cooperação sul-sul tem tido um relevante papel na agenda internacional brasileira, e este fato foi o principal motivo para a escolha do tema a ser estudado no presente trabalho. Desta forma, procurou-se identificar de que forma os acordos de cooperação técnica sul-sul causam efeitos, positivos ou negativos, tanto nos indicadores de desenvolvimento econômico (PIB *per capita*) quanto nos indicadores sociais (IDH) nacionais.

Uma grande limitação da pesquisa foi a restrição do tempo de análise a um período relativamente curto (2000 a 2014) com dados anuais, uma vez que grande parte dos acordos firmados antecede o ano de 2000. Caso o período fosse mais extenso, desde o início das atividades de cooperação sul-sul no Brasil, por volta da década de 1960, os resultados seriam mais significativos.

Percebe-se que Brasil possui em sua agenda internacional, muitos parceiros na cooperação sul-sul, que estão distribuídos em diversos continentes. São países que podem, futuramente, representar uma importante possibilidade de abertura de mercados consumidores para produtos brasileiros ou significativos parceiros políticos. Porém, estes acordos trouxeram poucos efeitos positivo para o Brasil na posição de doador da cooperação.

Os resultados aqui obtidos evidenciaram que os objetivos dos acordos de cooperação sul-sul não estão voltados para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Porém, ao levar as instituições nacionais para outros países para fornecer a cooperação técnica, o Brasil acaba, indiretamente, gerando oportunidades para o desenvolvimento da sua economia. Pode ser que futuramente, a cooperação sul-sul traga benefícios econômicos e sociais ao Brasil como país doador, mas por enquanto esses resultados positivos em nossa economia e sociedade ainda estão muito pouco evidentes.

Desta forma, o presente trabalho contribui para que os formuladores de políticas externas brasileiras tenham embasamento para avaliar a efetividade desses acordos. Ferramentas aqui utilizadas, como os testes de Causalidade de Granger, podem ser de grande utilidade para avaliar a causa e efeito dos acordos de cooperação sul-sul nos indicadores de desenvolvimento nacionais, possibilitando a melhoria dos acordos já existentes e auxiliando na formulação de novos acordos.

Caso realmente exista outros interesses envolvidos, como por exemplo a abertura novos mercados consumidores ou exploração de recursos naturais do país recipiendário, espera-se que seja possível o desenvolvimento brasileiro em anos posteriores. Pode-se concluir que os acordos aqui apresentados visam o desenvolvimento do país recipiendário,

dando a ele condições e estrutura para se desenvolverem e futuramente possuírem o potencial para se firmarem como parceiros comerciais brasileiros.

Estudos futuros podem investigar quais foram os efeitos causados pelos acordos de cooperação sul-sul nos países que recebem a ajuda técnica, uma vez que eles visam a promoção do desenvolvimento dos países recipiendários através da capacitação de setores carentes de recursos. Estudos futuros também podem investigar o impacto dos efeitos que os acordos podem gerar sobre o desenvolvimento nacional por meios de técnicas estatísticas de regressão múltipla.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC, Agência Brasileira de Cooperação, Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul. 1ª edição. Brasília, edição da ABC, 2013

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em < <http://www.abc.gov.br/>>. Acessado em 2014 e 4015. Acessado em 05 de março de 2015

ARMINO,

BERNDT, Priscila Pimont. A Cooperação Técnica Internacional como Instrumento da Política Externa Brasileira: O Brasil como doador junto aos países da africanos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. 2009

BLANKENBURG, S.; PALMA, J. G.; TREGENNA, F. Structuralism. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online, 2010.

CANDELON, B.: JOETS, M.: TOKPAVI, S. Testing of Granger – Causality in distribution tails: an application to oil markets integration. Economic Modelling, Londos, v. 31, p. 276, Mar. 2013

CHATURVEDI, S. India's development partnership: key policy shifts and institutional evolution. Cambridge review of international affairs, v. 25, n. 4, Dec. 2012a.

FGV, Fundação Getulio Vargas. Índice de desenvolvimento Social, 2009

GUIMARÃES, J. R., JANUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Rb estudos urbanos e regionais v.7, n1 / maio 2005

GUJARATI, Dadomar. Econometria Básica. Elsevier Brasil, 2006

GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

JACKSON, H. SORENSEN, G. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. 2 ed.rev. e ampl – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LAL, D. The poverty of “development economics”. Londres, Institute os Economis Affairs, 1983.

LIMA, L.B. Teorias do desenvolvimento e a cooperação internacional. Universidade de Relações Internacionais de Brasília, v.8, p.73-90, jan/jun.2010

MIYAMOTO, Shiguenoli. Brasil e as negociações multilaterais. Revista brasileira de política internacional volume 43 nº1 Brasília Jan/Junho 2000

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 4ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2006

MANKIY, G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage learnig. 6ª edição, 2013

MRE, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?lang=pt-BR.>> Acessado em 27/04/2015.

MIRANDA, Carla Leal Lourenço de. Relações Internacionais e desenvolvimento local: uma análise da Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (1997 – 2003), 2004, pg 26.

ONU, Organizações das Nações Unidas. Disponível em < <http://nacoesunidas.org>> . Acessado em 2015

PALÁCIO DO PLANALTO. Programa de cooperação técnica descentralizada sul-sul. Palácio do Planalto – Presidência da República (2015). Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos/cooperacao-sul-sul/publicacoes/diretrizes-do-programa-de-cooperacao-tecnica-descentralizada-sul-sul>> Acessado em 27/04/2015>.

PAYNE, A. The global politics os unequal development. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>> Acessado em: 27 de setembro de 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de desenvolvimento humano 2008.

PEREIRA, Bresser. O novo desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, 2004.

PREBISCH, R. The economic development of latin american na its principal problems. Nova York, Nações Unidas, 1950

SETOR DE PROJETOS. Estudo de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) dos Estados Brasileiros. Fundação Getulio Vargas (2009). Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6943/324.pdf?sequence=1>> Acessado em 24 de dezembro de 2014

SILVESTRE, Rosa Maria. A horizontalização da cooperação técnica internacional: o caso das funções essenciais da saúde pública no Brasil. Universidade de Brasília, 2007, pg 47-53

SOUZA, André de Melo. Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento. IPEA, Governo Federal, 2014.

THERIEN, Jean-Philippe. Un demi-siècle d'aide au developpement. Lien Social et Politiques, nº 45, 2001, p.89-103